



Da: ÁGUA MINERAL OÁSIS DA SAÚDE

À Prefeitura Municipal de Nova Friburgo/RJ

Ref. PREGÃO ELETRÔNICO-SRP nº 90012/2024

PROCESSO: 33.996/2023

**Assunto: Contrarrazões**

A empresa ÁGUA MINERAL OÁSIS DA SAÚDE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 09.176.323/0001-05, com sede à Rod BR 101 KM 200 Casimiro de Abreu/RJ - CEP:28.860-000, neste ato, representada por seu representante legal Sr. Cosme José Salles Filho, portador da Carteira de Identidade nº 11.059.225-0/DIC-RJ do CPF nº CPF 103.229.997-58, com fulcro no art. 164, § 4º da Lei nº 14.133/2021, vem respeitosamente a presença de Vossa Senhoria apresentar Contrarrazões tempestivamente, ao recurso apresentado pela empresa DISTRIBUIDORA FRIMINERAL LTDA, na forma a seguir:

**DOS FATOS**

Concorremos ao pregão eletrônico acima citado, onde fomos considerados vencedor do certame e em seguida habilitados. Ocorre que a empresa DISTRIBUIDORA FRIMINERAL LTDA, não conformada em não ser ela a vencedora, resolveu tumultuar a licitação, com alegações infundadas, onde a mesma nos acusa de estarmos ilegalmente funcionando.

Apresentamos toda documentação exigida na licitação e por isso que fomos considerados habilitados. A recorrente alega que não atendemos ao item 19.5 do edital



que diz:

*19.5 - Rótulo padrão com aprovação do DNMP, em conformidade com o que estabelece o art. 29 do Decreto-lei 7.841/45 (Código de Águas Minerais) e portaria 470/99 da DNNPM, que bem identifique o produto ofertado e sua fonte de extração*

O item 19.5 do edital, cita o art. 29 do Decreto/lei nº 7841/45 e a Portaria 470/99 citado no edital, tratam de como os rótulos devem ser elaborados sujeito à aprovação pela DNPM. Vejamos:

Do art. 29 do Decreto 7841/45

*Art. 29. Fica criado o rótulo padrão sujeito à aprovação do D.N.P.M., devendo as águas engarrafadas indicar no mesmo:*

*I. Nome da fonte.*

*II. Natureza da água.*

*III. Localidade.*

*IV. Data e número da concessão,*

*V. Nome do concessionário.*

*VI. Constantes físico-químicas, composição analítica e classificação, segundo o D.N.P.M.*

*VII. Volume do conteúdo.*

*VIII. Carimbo com ano e mês de engarrafamento.*

Da Portaria 470/99



**PORTARIA Nº 470, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1999**  
**D.O.U. de 25/11/99**

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, considerando o disposto no art. 29 do Decreto-lei no 7.841, de 8 de agosto de 1945, e tendo em vista a necessidade de instituir as características básicas dos rótulos das embalagens de águas minerais e potáveis de mesa, resolve:

Art. 1º O rótulo a ser utilizado no envasamento de água mineral e potável de mesa deverá ser aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, a requerimento do interessado, após a publicação, no Diário Oficial da União, da respectiva portaria de concessão de lavra.

**PORTARIA Nº 470, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1999**  
**D.O.U. de 25/11/99**

*O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, considerando o disposto no art. 29 do Decreto-lei no 7.841, de 8 de agosto de 1945, e tendo em vista a necessidade de instituir as características básicas dos rótulos das embalagens de águas minerais e potáveis de mesa, resolve:*

*Art. 1º O rótulo a ser utilizado no envasamento de água mineral e potável de mesa deverá ser aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, a requerimento do interessado, após a publicação, no Diário Oficial da União, da respectiva portaria de concessão de lavra*

Em ambos documentos citam o padrão de rótulos, que devem conter nos produtos e estes rótulos precisam ser aprovados pelo DNPM. Em nenhum momento do Decreto/Lei e a portaria, citam a validade dos rótulos e sim que os mesmos devem ter a aprovação do DNPM.

Apresentamos rótulo válido, devidamente autorizado pelo DNPM. A empresa está se colocando acima do órgão responsável pela aprovação dos rótulos e análise da água. O fato da empresa enviar um novo rótulo para aprovação, enquanto o resultado não sai, o rótulo anterior ainda possui validade. Fato este que pode ser consultado no próprio DNPM.

**AGUA MINERAL OASIS DA SAUDE**

Rod. Br 101 Km 200 - Casimiro de Abreu/RJ - CEP: 28860-000

TEL: 22 997 170 449 / 22 999 191 478 / 22 997 239 752

CNPJ: 09.176.323/0001-05 IE: 78405520



Vale ressaltar que apresentamos toda documentação válida e autorizada pelo DNPM.

### **Do Atestado**

A recorrente faz inúmeras acusações quanto aos atestados apresentados. Todas as acusações o mesmo não apresentou provas.

Será que uma empresa que está há mais de 13 anos no mercado, possuindo fonte própria, com toda documentação em dia, seja da fonte, seja da empresa, não possui qualificação para executar o objeto da presente licitação?

Inclusive nossa empresa já executou objeto semelhante ao município contratante, não havendo nada que nos desabone.

A recorrente ainda alega que alguns atestados, foram emitidos no meio da execução. Qual é o problema, quais as provas jurídicas apresentadas para seu argumento?

É cediço falar que a Administração pode atestar, gradativamente, durante uma contratação, que a contratada tenha capacidade na execução do objeto contratado, ou parte dele. Pois devemos lembrar que o parcelamento de objetos é regra na licitação. Vejamos o art. 40,b, da NLLC 14.133/2021:

*Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:*

*b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso*

Quando a forma de entrega é parcelada, não há o que questionar se o atestado é parcial ou total. Não há amparo legal que proíba uma empresa, de ter um atestado parcial de uma contratação.



A recorrente ainda acusa de termos apresentado atestado falso, pelo simples fato do mesmo ser emitido por empresa privada. O item destinado ao atestado é bem claro ao definir “pessoas jurídicas de direito público **ou privado**”.

Lembramos que o atestado de capacidade técnica exigidos nas licitações, precisam ser compatíveis e não idênticos.

Art. 67 da NLLC nº 14.133/2021

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços **similares** de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do [§ 3º do art. 88 desta Lei](#);

Similar não é igual, poderíamos apresentar atestado de bebedouro de qualquer tipo e modelo, considerando a similaridade e não a igualdade. O Atestado de Capacidade Técnica só precisa ser relevante, ou seja, parecido com o objeto da licitação. Não precisa ser exatamente a mesma coisa.

Vale ressaltar, que a empresa recorrente é uma distribuidora, completamente diferente do objetivo da empresa Oásis, que é fabricante de água envasada. Observe a atividade principal das duas empresas:

Oásis

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
**11.21-6-00 - Fabricação de águas envasadas**

FRIMINERAL



CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

**47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

**46.35-4-01 - Comércio atacadista de água mineral**

Como podemos ver a empresa recorrente, possui atividade principal o comércio de varejista de bebidas e só na sua atividade secundária consta comércio atacadista de água mineral. Desta forma, a recorrente nunca conseguirá concorrer no preço com nossa empresa, que possui fonte própria. E assim, no intuito de vencer o certame, faz acusações infundadas para nos inabilitar e a mesma possa fornecer os itens com valores mais altos.

### **CONCLUSÃO**

A empresa recorrente põe em check a qualificação técnica da nossa empresa. Queremos aqui destacar, que nossa empresa é bem conhecida no mercado, inclusive para os órgãos públicos municipais, estaduais e federal. Principalmente os municípios em torno da nossa empresa nos conhece bem. Servimos a diversos órgãos públicos e também privado, não escolhermos contratantes, estamos aqui para servir e servir produto de boa qualidade e assim, todos os documentos necessários foram apresentados na licitação. Tanto que o Sr. Pregoeiro sabiamente, cumprindo o que determina o edital nos habilitou.

A recorrente num ato desesperado nos acusa de apresentar documentos falsos, fato este que tomaremos as medidas cabíveis, pois é muito sério as acusações a nós atribuídas. Não somos inexperientes, estamos há 13 anos no mercado.

Caso ainda reste dúvidas quanto a documentação apresentada em consonância com o exigido no edital, nos colocamos à disposição para os devidos esclarecimentos, seja por meios de Notas Fiscais ou Contratos firmados com empresas públicas e privadas.

Notadamente a recorrente quer a todo custo ser a vencedora do certame e usa de elementos fora do exigido no edital, afim de confundir a todos. Pois a mesma sabe que por meios naturais é impossível a mesma cobrir nossos preços. Na realidade a

AGUA MINERAL OASIS DA SAUDE

Rod. Br 101 Km 200 - Casimiro de Abreu/RJ - CEP: 28860-000

TEL: 22 997 170 449 / 22 999 191 478 / 22 997 239 752

CNPJ: 09.176.323/0001-05 IE: 78405520



recorrente está tumultuando o andamento do processo.

### **DO PEDIDO**

Nossa empresa está há bastante tempo no mercado de água mineral, pois possuímos fonte própria e assim conseguimos ofertar o melhor valor para a administração pública ou privada. Ao longo desses anos adquirimos experiência e assim, não há nada que nos desabone técnica e comercialmente, estamos aptos a executar satisfatoriamente o contrato em questão.

O respeitável julgamento deste recurso aqui apresentado, recai neste momento para responsabilidade do Sr. Pregoeiro, o qual confiamos na lisura, na isonomia e na imparcialidade a ser praticada, no julgamento em questão. E assim, **pedimos a improcedência do recurso** apresentado pela empresa DISTRIBUIDORA FRIMINERAL LTDA e continue sendo considerada habilitada a empresa ÁGUA MINERAL OÁSIS DA SAÚDE LTDA, por ter atendido satisfatoriamente o exigido no edital.

Nestes Termos,

Pede-se Deferimento.

Casimiro de Abreu, 06 março de 2024.

**AGUA MINERAL OASIS DA SAUDE LTDA**  
**Cosme José Salles Filho**  
**C. I. nº 11.059.225-0/DIC-RJ**  
**CPF nº 103.229.997-58**